

## A INTERFERÊNCIA DO CAPITAL PRIVADO NAS ESCOLAS PÚBLICAS EM RONDÔNIA: A ESCOLA BRASÍLIA E O PROGRAMA ESCOLA DO NOVO TEMPO

Maycon Roberto Gomes Menezes<sup>1</sup>

### RESUMO

A escola pública há tempos está sob crescente influência do discurso do empresariado, mais de sua cartilha neoliberal do que do seu capital em si. A partir da Conferência de Jomtien, realizada na Tailândia em 1990, onde houve a reunião de mais de uma centena de chefes de estado, para tratar sobre os rumos da educação para a próxima década, a abertura legal e moral para a interferência do setor privado na educação foi ali declarada. Nesse sentido, o presente trabalho pretende analisar como os desdobramentos do discurso, naquele momento proferido, chega ao nosso contexto regional mobilizando setores da sociedade civil que inserem seus intelectuais orgânicos no setor público e, também, analisá-lo à luz do Programa Escola do Novo Tempo da Secretaria Estadual de Educação de Rondônia, que tem como principais coordenador e parceiro o Instituto Sonho Grande e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE, respectivamente.

Palavras-Chave: Educação; Escola; Programa Escola do Novo Tempo

### ABSTRACT

The public school has long been under the growing influence of the discourse of the business community – taking more from the neoliberal booklet than the actual capital involved in it. Since the Jomtien Conference, occurred in Thailand in 1990 (when more than a hundred heads of state met to discuss the education paths for the next decade), legal and moral openness to private sector interference in education was recognized. This paper intends to analyze how the unfolding of the speech reaches the context of mobilizing sectors of civil society in the north of Brazil. These sectors insert their organic intellectuals in the public sector. The paper also aim to make an analyze of the Novo Tempo School Program of the State Secretariat of Education of Rondônia, coordinated by the Instituto Sonho Grande – with the participation of the Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE, respectively.

Keywords: Education; School; Novo Tempo School Program

### BREVE CONTEXTO HISTÓRICO: O INÍCIO DA MOBILIZAÇÃO EMPRESARIAL NO BRASIL

Nos últimos 30 anos diversos países da América Latina vêm sofrendo interferências no seu campo educacional, interferências estas que tiveram sua origem numa “mobilização e articulação de movimentos empresariais” (LAMOSA, 2016, p. 1). O que fomentou (e vem fomentando) este movimento durante esse período foi a agenda “Todos pela Educação” definida em 1990 na Conferência de Jomtien, ocorrida no mesmo ano na Tailândia, organizada pelo Banco Mundial. No Brasil, a aplicação dessa agenda se encontra disseminada entre diversos movimentos empresariais, mas seu alicerce organizacional está diretamente ligado ao Programa de Promoção de Reformas Educacionais na América Latina e Caribe (PREAL) e ao Todos Pela Educação,

<sup>1</sup> Graduado do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Rondônia - UNIR

movimento lançado em 2006 e responsável no Brasil pela aplicação da agenda advinda dessas organizações.

Lamosa (2017) discute a gênese desta interferência do capital privado na educação pública em uma perspectiva ampla, tentando compreender a articulação da sociedade civil a frente desse movimento nas agências estatais. Faz-se mister destacar que o movimento de interferência empresarial na educação no Brasil se fortaleceu e se estruturou de forma mais sólida durante a década de 1990 e 2000. Durante este primeiro período, década de 1990 e vigência do governo Fernando Henrique Cardoso, houve diversos fatores que corroboraram para o fortalecimento dessa penetração do capital privado no âmbito educacional público, mas essa discussão devido ao recorte e espaço para o desenvolvimento do trabalho não será aqui explorada.

Freitas (2018), em *A Reforma Empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias*, faz um retorno mais longínquo para interpretar esse processo de “sequestro” da educação/escola pública.

Apesar da origem deste movimento ser, na sua prática política, híbrida, remonta ao nascimento de uma ‘nova direita’ que procura combinar o *liberalismo econômico* (neoliberal, no sentido de ser uma retomada do liberalismo clássico do século XIX) com *autoritarismo social*. A investida mundial deste movimento teve sua origem nos problemas econômicos do final da década de 1970 com a primeira crise do petróleo (associada a outros fatores econômicos) ainda na vigência do Estado de bem-estar. (FREITAS, 2018, p. 13)

Assim, nesse cenário, as próprias políticas educacionais e suas reformas em tempos recentes na América Latina e Caribe são entendidas como um fruto da luta pela hegemonia que está sendo feita entre classes sociais. Neste caso, por meio de suas organizações (LAMOSA, 2017).

Não será possível fazer esse retrocesso pormenorizado dessas três décadas em que os grupos empresariais começaram a se articular como agentes participantes da educação, tanto no ambiente nacional quanto no internacional. Portanto, será feita uma breve análise do discurso histórico dos principais institutos que estão a frente desse processo no espectro nacional brasileiro. São eles, Programa de Promoção das Reformas Educacionais na América Latina (PREAL), fundado em 1996, e o Todos Pela Educação, instituto brasileiro, idealizado em 2005 e fundado em 2006.

Se constituindo e existindo através de diversas parcerias, dos mais diversos segmentos do mundo empresarial, o que o caracterizaria como um agente hegemônico do capital privado (GRAMSCI, 1978), o PREAL vem desde sua fundação exercendo influência em setores da educação onde esteja presente, conforme afirma Werlang (2011):

Grande parte dos sujeitos em educação estão direta ou indiretamente em contato com suas orientações, já que este programa atua através de redes, ou como o próprio PREAL denomina, “alianças”. Estas alianças acontecem com expressivo número de entidades, associações, organizações não-governamentais e também diretamente com os órgãos do próprio governo. (WERLANG, 2011, p. 07)

Fora organizado pelo PREAL, em 2001, um encontro com mais de uma centena de lideranças empresariais ligadas à educação. Este encontro deu fruto ao documento *Declaração de Ação*, que continha uma série de atos com caráter diretivo sobre como deveria se constituir uma ação de caráter único e coeso para se conquistar os avanços que as lideranças presentes entendiam como necessárias para um desenvolvimento geral, mas na verdade os “beneficiados” com

esses planos se constituiriam na força de trabalho que seriam empregados por essa liderança empresarial. (LAMOSA, 2017)

O PREAL, dessa forma, se constitui como um intelectual orgânico a serviço de um ideal de mundo, forma opinião, faz alianças com o intuito de modelar segmentos do ensino, formação de professores, etc.

No Brasil, o PREAL também trabalha em rede com outras fundações e organizações, como a FVC – Fundação Victor Civita, o Instituto Ayrton Senna, a Editora Ática e Scipione, MEC, UNDIME, CONSED, FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) [...] Um bom exemplo que pode ser dado quanto a sua influência no meio educacional é a *Revista Nova Escola*, muito conhecida por todos os professores da Educação Básica, e de circulação em todas as escolas do país [...]. Este periódico é produzido pela Fundação Victor Civita (FVC) e patrocinado pelo FNDE, sendo que alguns de seus articulistas fazem parte do PREAL [...]. (WERLANG, 2011, p. 3;7-8)

Durante a existência do PREAL diversos movimentos empresariais surgiram se alinhando à ideia de corresponsabilidade pela educação e por outros problemas sociais, muitos se fizeram portadores do slogan “Todos Pela Educação”. A associação lançou também documentos importantes em sua missão de influenciar a área educacional, documentos como o de 2001, *Declaração de Ação*, e a manutenção da *Revista Nova Escola* foram alguns dos essenciais que definiram as premissas que o PREAL acredita, junto com seus parceiros do grande capital, se constituindo, dessa forma, como um claro intelectual orgânico do capital no sentido gramsciano.

No Brasil, em 2005, foi idealizado o Todos Pela Educação, um movimento formado por diversos setores do empresariado ainda imbuídos da ideia de corresponsabilidade para com os problemas sociais da sociedade no qual estavam inseridos, nesse caso, com atenções totais para a educação. Como seus próprios documentos, que embasam seus discursos, afirmam: “a concepção de educação para todos e todos pela educação supõe abertura do Estado e co-responsabilização da sociedade na construção de ações comuns” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2000, p. 7). O “Todos Pela Educação” não iria se diferenciar do PREAL em ideias, talvez optasse por práticas diferentes para alcançar o mesmo fim, mas a essência ideológica permaneceria – ideias liberais e mercantilização da educação. Na sua reunião de fundação foram destacadas as necessidades da educação brasileira daquele momento, no sentido de criar melhorias para melhor atender ao cenário do capital. Nesse sentido, afirma Martins (2008):

O grupo concluiu que a “incapacidade” técnico-política dos governos na realização de políticas educacionais ao longo dos anos havia criado sérios problemas para os interesses do capital. Diante dessas constatações, os empresários criaram o TPE [Todos Pela Educação] com a missão de mudar o quadro educacional do país, principalmente no que se refere à qualidade da educação. O projeto elaborado para impulsionar as ações do organismo foi denominado de *Compromisso Todos pela Educação*. (MARTINS, 2008, p. 04)

Ainda segundo Martins (2008), os empresários presentes na reunião definiram uma agenda de mobilização para darem início à construção de um pacto nacional em defesa da Educação Básica Brasileira. Vale destacar que a organização do evento coube às seguintes fundações/institutos: Fundação Coleman, Fundação Jacobs e Instituto Gerdau. Esse fato, assim como ficou comprovado em relação ao PREAL, explicita essa associação como sendo um Aparelho Privado de Hegemonia – APH. Isso mostra também que “essa capilaridade das organizações da sociedade civil traz a capacidade de expressão dos diferentes grupos da sociedade contemporânea,

criando espaços à participação” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2000, p. 77). Para os agentes dessa ideia, segundo esse documento de avaliação lançado pelo MEC, essa heterogeneidade produziria um salto de qualidade na educação e transformações sociais rumo a uma melhoria.

Essa mudança de qualidade não se restringia e nem restringe à educação. Os intelectuais orgânicos do capital jamais viram a melhoria da educação como um fim em si mesma, muito menos acreditavam que estavam exercendo um puro filantropismo num país com sérios problemas de desigualdade como o Brasil. Suas ideias, usando a educação como aporte, para a construção de uma sociedade neoliberal são claras. Como afirma Viviane Senna na carta de avaliação da década:

Estamos na área da educação por convencimento profundo de sua importância. Além de buscar por produtividade e da inserção do País de maneira competitiva na economia globalizada, temos que buscar também a elevação dos componentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A Economia acaba sempre sendo o motor, e o enfoque social vai a reboque. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2000, p. 77)

Esse cenário onde o conjunto empresarial se encontra para tomar a educação pública para si, como o único agente que pode redimi-la dos seus problemas, não é recente nem carece de apoio ou de boas estruturas para conseguir exercer seu papel. Pelo contrário, possui base, história e cenário onde possa atuar com afinco e conquistar, rapidamente, o apoio para seguir adquirindo mais adeptos envolta de seu discurso.

## O INSTITUTO E SEUS PARCEIROS

O Instituto Sonho Grande é o instituto que se encontra hoje na escola Brasília gerindo, não apenas a escola, mas todo o desenvolvimento escolar que vem sendo feito nos últimos dois anos. O Instituto, passando por uma série de fases que serão mais adiante explicadas, se constituiu como parceiro da Escola Brasília por meio de acordo, primeiramente, com a Secretaria de Estado de Educação de Rondônia - SEDUC

O Instituto tem como obrigação cumprir os preceitos do Programa Escola do Novo Tempo, instituído pela Lei Complementar nº 940, de 10 de abril de 2017. Esta lei institui o programa no âmbito do Estado de Rondônia vinculado à SEDUC. O programa, conforme o artigo 1º da referida lei, tem como objetivo planejar, desenvolver e executar um conjunto de ações com caráter inovador em relação ao currículo e gestão escolar, isso sendo feito através de implementação de políticas públicas para o ensino médio de tempo integral (RONDÔNIA, 2017)

A LC nº 940 está em conformidade com a Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, que trata sobre o Plano Nacional de Educação, onde traz em sua meta seis o objetivo de ofertar educação em tempo integral para, no mínimo, 50% das escolas públicas (BRASIL, 2014). Mas a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – EMIT, no qual a escola Brasília, juntamente com a atuação do Instituto Sonho Grande se inserem, se oficializam a partir de Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. A lei, no seu artigo 13 trata da instituição da Política de Fomento e define que os repasse de recursos para as escolas adotantes do modelo se fará mediante Ministério da Educação para os Estados e Distrito Federal com a duração de uma década, a partir do momento que for aplicado o modelo EMTI. Vale destacar também que no seu inciso I do artigo 14, a lei diz que deverá ter prioridades as regiões que possuem o índice



de desenvolvimento humano baixo, assim como as regiões que possuem baixo desempenho nos processos avaliativos nacionais do ensino médio (BRASIL, 2017).

Posteriormente foi lançada a Portaria n° 727, de 13 de junho de 2017, esta estabeleceu novos parâmetros e critérios para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – EMTI – e ressaltou a necessidade de se criar ações conjuntas entre entes federados para que dessa forma nasça novas concepções curriculares para o novo ensino médio. Encontramos explicitamente na Portaria n° 727 e na Lei n° 13.415 o seguimento de conselhos tratados na Conferência de Jomtien em 1990, a ênfase nas ações conjuntas dos entes federativos e municipais de um país e a abertura para os agentes privados se constituírem como corresponsáveis num contexto de luta por melhorias educacionais, respectivamente.

Retornando a LC n° 940, a lei define como umas das finalidades do programa, em seu artigo segundo, a tarefa de “sistematizar e difundir as inovações pedagógicas e gerenciais, e viabilizar parcerias com Instituições de Ensino e Pesquisa, entidades públicas ou privadas que visem colaborar com a expansão do Programa Escola do Novo Tempo” (RONDÔNIA, 2017, p. 03). A lei trata de cada aspecto da aplicabilidade e desenvolvimento do programa para a escola onde possa vir a ser aplicado.

Na página oficial do Instituto Sonho Grande, que não possui muitas informações para que possamos discorrer sobre sua história, encontramos as principais organizações que o instituto tem como parceiros. Estes são: Instituto Natura, Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER, Instituto Ensina Brasil, Vetor Brasil e Instituto de Corresponsabilidade Pela Educação – ICE. Todos esses institutos são de origem privada, mesmo que não possuam fins lucrativos, suas ideias se fazem presentes nas parcerias de caráter educacional que vêm sendo estabelecidas no Brasil nos últimos anos. Dentre esses parceiros do Instituto Sonho Grande, merecem destaque dois: Vetor Brasil e ICE.

Em visita à Secretária de Estado da Educação de Rondônia – SEDUC, para uma entrevista realizada com a coordenadora geral do Programa Escola do Novo Tempo no Estado, pudemos constatar a ação direta desses intelectuais orgânicos de institutos privados. Por meio do Vetor Brasil, que possui parceria com o Instituto Sonho Grande e com o Instituto de Corresponsabilidade Pela Educação, de acordo com suas páginas oficiais na web, é feito o fornecimento de um agente do Vetor. Em sua página oficial, o instituto afirma que sua missão é “criar uma rede engajada e diversa que potencialize o setor público brasileiro”, o instituto também se define como sendo uma organização da sociedade civil, sendo suprapartidária e com caráter não lucrativo. Por meio de programas de treinamentos para profissionais já graduados no ensino superior, o Vetor Brasil, após essa fase de orientações, aloca esses profissionais em órgãos públicos que solicitam sua colaboração com base legal no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), suas funções são de desenvolver novas estratégias que possam vir a causar impacto no setor público.

O ICE se constitui como o principal parceiro do Instituto Sonho Grande, não apenas por isso merece destaque, mas, também, por ser o fornecedor da matriz curricular diferenciada da qual Programa de Ensino Médio em Tempo Integral faz uso e aplica na Escola Brasília. Na própria página do Instituto Sonho Grande encontramos um documento que traz uma análise dos modelos de escolas em tempo integral em Pernambuco (cidade de nascimento do ICE). Este instituto, autodefinido como uma entidade sem fins lucrativos, foi criado em 2003 por um grupo

de empresários. Concomitantemente foi idealizado um novo modelo de escola, que tinha como pilar a Escola da Escolha criado por Antônio Carlos da Costa, a visão do Instituto em sua página oficial na web é clara:

Ser reconhecida como uma organização de referência na concepção, produção e irradiação de conhecimentos, tecnologias e práticas educacionais, com vistas à qualificação do ensino básico público e gratuito, transformando estas práticas em políticas públicas. (ICE - INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO, 2019, p. 12)

Buscando um ensino público de qualidade como missão e, também, fixar a ideia de corresponsabilidade e novos desenhos institucionais para a educação, o ICE e seus intelectuais orgânicos querem deixar evidenciado e naturalizado a sua participação e importância no cenário educacional brasileiro. Vale destacar os investidores do ICE como forma de deixar visível a ligação entre os variados setores do capital, estes são: Instituto Natura, Espírito Santo em Ação (grupo empresarial que nasce com o objetivo de formular projetos visando apoiar a gestão pública para que esta se tornasse mais efetiva em suas atividades), Instituto Sonho Grande, ItaúBBA, Fiat Chrysler, Jeep, Instituto Trevo (organização sem fins lucrativos que atua com esporte, educação e empreendedorismo social) e EMS – Saúde. Entre seus parceiros técnicos então o Instituto de Qualidade no Ensino – IQE, entidade que se auto define como privada sem fins lucrativos e, também, possui parcerias com governos estaduais e municipais, e seu segundo parceiro técnico é uma subsidiária do Worldfund denominada STEM Brasil.

## **DIMENSIONANDO O PROGRAMA ESCOLA DO NOVO TEMPO: O CURRÍCULO E A ESCOLA BRASÍLIA**

Com informações oriundas do relatório bienal 2017/2018 e do Plano de Ação de 2019 do Programa Escola do Novo Tempo, fornecidos pela coordenação do programa, vamos trazer, de forma sucinta, a dimensão da presença do Programa em Rondônia e alguns resultados que são exaltados pela equipe gestora em relação à Escola Brasília.

O programa se encontra presente em 11 escolas no Estado de Rondônia, contém apenas uma na capital, estando o restante espalhadas entre os municípios do interior. O Decreto 22.234/2017, de acordo com o relatório anual, definiu as primeiras dez escolas para desenvolverem o Programa Escola do Novo Tempo, posteriormente o Decreto 22.550/2018 homologou mais uma escola como aderente ao modelo.

De acordo com o Plano de Ação 2019 as escolas atendidas pelo Programa vêm atingindo bons índices nos mais variados aspectos. A Escola Brasília, nosso foco, atingiu em 2017 o índice de 89% das vagas ocupadas, no ano seguinte esse índice foi de 100%. A taxa de abandono na escola no ano de 2018 foi de apenas. No que se refere ao índice de aprovação, no ano de 2017 este foi de 84%, alcançando no ano seguinte o índice de 90% em aprovações. No lado oposto deste fator está a taxa de reprovação que alcançara 16% em 2017 e baixa drasticamente no ano seguinte para 9%. Por fim, o IDEB da escola Brasília hoje alcança 4.3 como consta no Plano de Ação de 2017, sendo que este, segundo a coordenadora, era abaixo de quatro antes da implantação do programa na escola.

Em informações coletadas em entrevista<sup>2</sup> com a coordenadora geral do programa, que é responsável pelas escolas EMTI no Estado, ela ressalta que entre as 20 primeiras escolas do IDEB da rede estadual 11 são EMTI, entre as cinco primeiras o programa tem quatro e entre as dez primeiras o programa tem sete. A coordenadora continua e afirma que entre as 10 primeiras escolas melhores do Estado, 5 fazem parte do programa, assim como 11<sup>o</sup>, que é a Escola Brasília. Em 2019, completando o ciclo de três anos de implementação do programa, período este onde há a participação direta do ICE e a aplicação do currículo advindo do mesmo não pode ser alterada de forma alguma, a Escola Brasília, afirma a coordenadora, saiu da posição 138<sup>o</sup> para a 18<sup>o</sup> melhor escola do Estado de Rondônia.

O Programa Escola do Novo Tempo da SEDUC, que tem como principais parceiros o Instituto Sonho Grande e ICE, foi aderido em 2016 por meio do Ministério da Educação pelo Programa de Fomento à Implementação da Escola em Tempo Integral (BRASIL, 2017). A implantação efetiva do mesmo ocorreu em 2017 fazendo-se, primeiro, a seleção da gestão escolar e professores para participação no programa EMTI. Por meio de Termo de Cooperação Técnica, a SEDUC oficializa uma parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE. A função dessa entidade, desde sua criação, é a elaboração de um novo modelo de escola com base em inovações de métodos, conteúdos e gestão. Nesse sentido, o instituto cria o *Modelo da Escola da Escolha*, que pretende legar ao jovem, no fim de sua formação, o seu *Projeto de Vida*, pretendendo ser um planejamento construído pelo jovem e para si como um guia definidor do seu futuro

Fazendo uso da matriz curricular elaborada pelo ICE, o Programa Escola do Novo Tempo aplica o seu currículo à risca nas escolas em que se faz presente.

O Modelo Pedagógico opera um currículo integrado entre as diretrizes e os parâmetros nacionais, fundamentadas na diversificação e enriquecimento necessários para apoiar o estudante na elaboração do seu Projeto de Vida, essência do Modelo e no qual reside toda a centralidade do currículo desenvolvido. (PROGRAMA ESCOLA DO NOVO TEMPO, 2019, p. n.p)

Esse sistema se alicerça em quatro Princípios Educativos, segundo o relatório: Protagonismo (a inclusão do estudante como parte solucionadora do problema), quatro pilares da educação<sup>3</sup> (visando desenvolver as competências dos alunos), pedagogia da presença (criação de um vínculo entre professor e aluno que visa conhecer melhor os alunos e seus planos de vida) e educação interdimensional (esta visa considerar na formação humana a dimensão da corporeidade, do espírito e da emoção).

Outra parte norteadora do Projeto de Ensino Médio em Tempo Integral do Programa Escola do Novo Tempo são os Componentes Curriculares Integradores da Matriz Curricular, esta, também, integra a parte diversificada do programa, sendo elas a base de sustentação das mudanças e dos resultados exaltados. Os componentes estão contidos e descritos tanto na Resolução 1.128/18-CEE/RO quanto na Portaria n<sup>o</sup> 4.235/2018/SEDUC-SEI de 19 de outubro de 2018.

2 Consulta online das notas IDEB: <https://www.qedu.org.br/escola/244273-eeefm-marechal-cordeiro-de-farias/ideb> - Acesso em: 01/11/2019

3 Quatro pilares da Educação: apontados no Relatório para a UNESCO, da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, em 1996, como eixos estruturais da educação na sociedade contemporânea, quais sejam: aprender a conhecer – adquirir instrumentos de compreensão; aprender a fazer – para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a conviver – cooperação com os outros em todas as atividades humanas; aprender a ser – conceito principal que integra todos os anteriores (RONDÔNIA, 2018)

Os Componentes Integradores são os seguintes: projeto de vida, estudo orientado, avaliação semanal, práticas experimentais, disciplinas eletivas e pós-médio. São com tais componentes, de acordo com o texto da Resolução 1.128/18, que o Programa Escola do Novo Tempo pretende formar alunos que tenham domínio das diversas áreas do conhecimento do seu ano de ensino e desenvolvam os valores e competências necessárias para o século XXI, assim, formando jovens competentes (RONDÔNIA, 2018).

Cabe destacar alguns dos objetivos específicos trazidos pela Resolução 1.128/18 do Projeto EMTI do Programa Escola do Novo Tempo:

- Formar, por meio do protagonismo, alunos autônomos, solidários e competentes, garantindo excelências acadêmicas, assegurando condições para a consolidação em valores e compromisso com o Projeto de Vida;
- Capacitar, por meio da formação continuada, educadores habilitados e comprometidos, incorporando os princípios educativos do Modelo adotado, por meio da apropriação dos fundamentos e adoção na prática escolar na execução do projeto político pedagógico com o currículo integrado entre a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada;
- Ser excelência em gestão escolar com foco nos resultados pactuados e na melhoria contínua dos processos educativos e na gestão de resultados;
- Estimular a participação coletiva da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político da Escola.

Notamos com base em seu texto um foco na intenção real de formar alunos capacitados que atendam às necessidades da sociedade contemporânea capitalista do século XXI, além de querer imbricar na visão de mundo dos profissionais envolvidos com o programa o seu ideal de formação e de escola e, conseqüentemente, também, ideal de sociedade, pois a base educadora, formadora de uma sociedade, culmina por determinar a sua feição.

Mais adiante a Resolução 1.228/18 diz que o Projeto de vida, oriundo do Modelo Escola da Escola, a mesma utilizada no Programa Escola do Novo Tempo, “busca problematizar as múltiplas dimensões que integram a identidade juvenil”, nesse sentido se debruça sobre duas constantes: “o conhecimento de sua identidade e o conhecimento da realidade” (RONDÔNIA, 2018). É nesse contexto de fazer o jovem enfrentar as demandas do século XXI, entre elas se destaca a demanda profissional e seu lugar em uma sociedade competitiva e individualista, que esse jovem é forçado a elaborar o seu chamado Projeto de Vida. Ainda nesse sentido, podemos nos questionar o fim último do componente Educação Interdimensional, onde, de acordo com o texto, pretende desenvolver, além do jovem autônomo e crítico, um jovem capaz de formular seus próprios juízos de valor, para que dessa forma possa decidir por si mesmo o seu agir nas circunstâncias da vida. No entanto, sabemos que o meio social influencia a formação de todos indivíduos, ainda por cima submetido ao meio escolar, onde na maioria do tempo é apenas espectador, então submetido a uma ideologia advinda do meio empresarial – neoliberal –, questionamos que juízo crítico será formulado por esse estudante?

Nesse ambiente, os alunos estão em constante avaliação, à parte a Base Comum Curricular, que já contam com suas avaliações, todo o desenvolvimento dos componentes integradores também possui seus preceitos avaliados.

A Portaria nº 4.235/2018/SEDU/SEI traz a descrição de tais avaliações, entre outras informações dos componentes integradores. O componente Eletivas tem avaliação semestral



mediante observação da qualidade participativa do estudante nos processos de planejamento, avaliação das atividades, disposição pessoal, para que, dessa forma, se verifique o bom desempenho ou não da integralização entre a Parte Diversificada e a BNCC. As práticas experimentais, de acordo com a resolução acima, terão sua avaliação por meio de análise do desempenho do estudante e será considerada para algumas disciplinas da área de exatas com influência na nota bimestral. Para isso, os portfólios, produzidos nessas aulas, também passarão pela avaliação do docente. Um instrumental, construído pelos professores da escola, será a forma de avaliar o desenvolvimento dos estudantes no componente Estudo Orientado, para isso, registros de processo de auto avaliação que foquem nos aspectos de autonomia, autor regulação, autodidatismo, etc., serão usados para considerar a capacidade de o estudante aplicar na prática o que vem sendo ensinado. A avaliação do Projeto de Vida consiste em observação sistemática do comportamento do estudante, observa-se o investimento na construção do seu projeto, o desenvolvimento de autoconhecimento, autonomia, iniciativa, responsabilidade pessoal etc., ao fim do processo, o docente faz um parecer descritivo sobre as ações e atitudes do estudante que foram observadas. A avaliação do Pós-médio, que tem como finalidade preparar os alunos para sua escolha profissional, terá como fatores avaliativos elementos semelhantes ao último componente citado e, por fim, a Avaliação Semanal leva em conta os componentes explanados.

Destaco aqui que todas as formações necessárias para o desenvolvimento do Projeto, fixadas no programa, ficaram à cargo, em sua maioria, do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, conforme consta no relatório bienal de 2017-2018. As formações dadas pelo ICE foram as seguintes: Formação continuada introdutória do Modelo Pedagógico e de Gestão da Escola do Novo Tempo para toda a equipe escolar, técnicos da Coordenadoria Regional de Educação do Estado – CRE's e equipe de implantação, formação da Semana do Protagonismo, formação do Projeto de Vida para professores de PV, coordenador pedagógico e técnicos da CRE, formação de protagonismo para alunos, formação de rotinas pedagógicas, formação de rotinas do diretor e liderança servidora, formação para o Ciclo de acompanhamento da implantação da metodologia, formação para o Plano de nivelamento nas perspectivas de aprendizagem dos alunos e, por fim, formação para acolhimento.

Concomitantemente o relatório traz os responsáveis por outros ciclos de formativos: formação em práticas experimentais em laboratórios de ciências, realizado pelo STEM Brasil e formação denominada Devolutivas Índices de Qualidade em Educação nas áreas de Matemáticas, Língua Portuguesa e Produção de Educação, que ficam sob responsabilidade do IQE.

Como podemos perceber, de forma explícita, o que há é uma espécie sequestro da autonomia escolar e do Estado, este último, não apenas se exclui, no sentido de não criar a parte curricular ou novos modelos de ensino, mas permite que isso aconteça. De certa forma, assume que não é capaz de formular inovações a partir da sua posição de Estado – inovações pedagógicas para o ensino e de construção de um ideal de sociedade baseados em princípios que não correspondam aos interesses do direito privado. Assim sendo, o modelo de sociedade construído não parte do Estado, mesmo vindo a assumir todos esses processos formativos, como está fazendo, a cartilha reproduzida não é sua de originalidade. Os agentes do Estado são cooptados e, assim, reproduzem um discurso do grande capital que se pretende torna-se hegemônico (GRAMSCI, 1978).

Assim, os institutos envolvidos fazem deste tipo de ação e direcionamento da educação o novo sentido e significado para a vida dos estudantes. Em nenhum momento discutem fatores como uma sociedade cooperativa, noções de cidadania e o portar dos alunos perante uma sociedade que pouco conhece seus direitos, assim como não há destaque algum em seus mandamentos em relação às noções políticas, que norteiam nossa sociedade, ou ao fazer político. Estes, sim, seriam elementos muito valiosos no processo de construção de uma sociedade mais humanizada, destoando da construção do indivíduo como mero produto que faz que com tais elites mantenham seu *status quo*

## CONCLUSÃO

Assim, tendo em vista os aspectos observados, trazendo uma breve reflexão histórica desse movimento de interferência do capital (ou ideologia) privado neoliberal na educação, podemos salientar, como uma das primeiras conclusões, que tal cenário de tomada do público pelo privado nem sempre se faz por meio de privatizações em si, como estabelecido pelo mercado financeiro, e que o cenário educacional é a prova disso e tem sido um dos setores da sociedade mais afetados pela empenho de implantação de uma ideologia de mercado. No entanto, isso se faz com toda a permissividade do Estado, mediante a adoção de conselhos mundiais, formulados pelas instituições do grande capital como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, assim como UNESCO, que está à serviço dos grandes países e da manutenção do *status quo* dos mesmos.

Tendo como marco divisor a Conferência de Jomtien na Tailândia, 1990, onde se reuniram mais de uma centena de países para definir os rumos da educação para as próximas décadas, a permissividade da entrada do empresariado, junto com sua ideologia, no campo da educação nasce ali de forma bem estruturada.

Por meio de Termo de Cooperação Técnica, os mais diversos institutos, pertencentes e financiados exclusivamente pelo capital privado como ICE, IQE, STEM Brasil, estabelecem ligações com as Secretarias de Estado de Educação de todo o Brasil, e a partir de então implantam suas ideias baseadas em currículos que são vendidos com caráter inovador e passam a modelar as escolas com base em seu ideal de educação e sociedade fazendo uso do dinheiro público por meio de Política de Fomento, é nesse sentido que sua ideologia está muito mais presente do que o próprio capital em si.

Assim, em âmbito local, constatamos que mediante a atuação, principalmente, do Instituto Sonho Grande, Instituto de Corresponsabilidade Pela Educação, STEM Brasil e Instituto de Qualidade de Ensino, o empresariado vem atuando na Escola Brasília de Porto Velho, e também em outras dos municípios de Rondônia, assim, fazendo valer um modelo curricular e de gestão que não nasce aqui, ou seja, oriundo não apenas de outro Estado, mas de um grupo empresarial.

A parceria com o Vetor Brasil, alocando um agente na Secretaria Estadual de Educação de Rondônia, é outra prova de que esses institutos possuem os seus intelectuais orgânicos atuando plenamente em órgãos públicos, assim, não tendo ao seu lado apenas os agentes cooptados, mas os seus próprios agentes.

Podemos constatar, mediante o exposto, que o professor presente numa dessas escolas adeptas do Programa, perde sua autonomia, não pode ser criativo, não pode propor outro tipo de atividade extracurricular ou algo inovador na participação e interação dos alunos. Isso se

deve não apenas à obrigatoriedade da aplicação do currículo como manda o Programa, que dedica muita atenção aos componentes integradores, mas por ausência de tempo, devido à grande carga de atividades e fatores avaliativos que os alunos possuem, de toda forma, o professor está preso à cartilha do Programa.

Outro fator que merece destaque é como o Programa, juntamente com os institutos, tentam de certa forma isolar a escola das problemáticas sociais e, assim, as deficiências da escola são apontadas como problemas de gestão em curto prazo, ignorando o fato de que a mesma faz parte de todo um corpo social permeado de problemas e deficiências administrativas. Como consequência, na visão da sociedade, o Estado é apontado como ineficiente.

Por fim, reconhecemos a necessidade da formação de jovens capacitados para lidar com as necessidades de seu tempo, no entanto, questionamos a forma como isso vem sendo feito e, principalmente, por quem tem sido feito. O modelo de escola aqui analisado, também nos permitiu concluir, com base na análise dos componentes curriculares, que um jovem formado e capacitado profissionalmente não será um jovem com rica noção de cidadania, com consciência do seu lugar na sociedade, não será um jovem que pense em uma sociedade cooperativa e mais humanizada se só for lhe ensinado os aspectos de uma sociedade competitiva e como ele deve estar preparado para lidar com ela, pois, a profissão, apenas, é entendida como o seu lugar na sociedade, bastando ela para ser cidadão consciente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**, Brasília, DF, 25 jun 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso em: 1 out 2019.
- BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Institui a Política de Fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**, Brasília, DF, 16 fev 2017. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm)>. Acesso em: 31 out 2019.
- FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**. 1º. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais orgânicos e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2º. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- ICE - INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO. **Instituto de Corresponsabilidade Pela Educação**. [S.l.], p. 5-18. 2019.
- LAMOSA, R. **Educação e Agronegócio: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas**. 1º. ed. Curitiba: Appris, 2016.
- LAMOSA, R. **A nova ofensiva do capital na América Latina: todos pela educação?** XXX Simpósio Nacional de História - Anais eletrônicos, Brasília, 24-28 novembro 2017. Disponível em: <<https://www.snh2017.anpuh.org/site/anais>>. Acesso em: 27 novembro 2018.
- MARTINS, A. S. **Todos Pela Educação: o projeto educacional de empresários para o Brasil século XXI**. 31ª Reunião Anual da Anped. Rio de Janeiro - RJ: [s.n.]. 2008. p. 1-16.
- PROGRAMA ESCOLA DO NOVO TEMPO. **Relatório Binenal 2017/2018**. Secretaria de Estado da Educação - SEDUC. Porto Velho. 2019. Documento original. Disponível na Secretaria de Estado da Educação.
- RONDÔNIA. Decreto nº 22.234, de 29 de agosto de 2017. **Define as unidades escolares de Ensino Médio da Rede Pública estadual de ensino, mantidas pela Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, para desenvolverem o Programa Escola do Novo Tempo**, Porto Velho, RO, 29 ago 2017. Disponível em: <[http://www.diof.ro.gov.br/data/uploads/2017/08/Doe-29\\_08\\_2017.pdf](http://www.diof.ro.gov.br/data/uploads/2017/08/Doe-29_08_2017.pdf)>. Acesso em: 06 set 2019.
- RONDÔNIA. Lei complementar nº 940, de 10 de abr. de 2017. **Institui o Programa Escola do Novo**

**Tempo, da Secretaria de Estado da Educação, e dá outras providências**, Porto Velho, 10 mar 2017. Disponível em: <<http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/LC940.pdf>>. Acesso em: 15 ago 2019.

RONDÔNIA. Portaria n° 4235/2018/SEDUC-SEI. **Institui o Programa Escola do Novo Tempo em escolas da Rede Pública de Ensino e dá outras providências**, Porto Velho, RO, 2018. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/214551308/doero-24-10-2018-pg-364>>. Acesso em: 06 set 2019

RONDÔNIA. Resolução n° 1.228/18, de 12 de março de 2018. **Aprova o Projeto Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral do Programa Escola do Novo Tempo, da Secretaria de Estado da Educação, e dá outras providência**, Porto Velho, 12 mar 2018. n.p. Disponível em: <<http://www.diof.ro.gov.br/data/uploads/2018/03/Doe-21-03-2018.pdf>>. Acesso em: 07 nov 2018.

WERLANG, A. C. **O PREAL - programa para reforma educacional na América Latina e Caribe e sua relação com as políticas educacionais e a formação dos professores no Brasil**. Programa de Pós-Graduação em Educação - UEM: seminário de Pesquisa do PPE. Maringá: [s.n.]. 2011. p. 1-18.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação para todos: avaliação da década**. Brasília. 2000.

Submissão: 29/02/2020

Aprovação: 01/02/2021